

O deslocamento forçado e a pessoa com deficiência: acessibilidade e inclusão na perspectiva dos responsáveis diretos por venezuelanos autistas em refúgio

Amanda Ganzarolli

1 INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta uma parte dos resultados das entrevistas em profundidade apresentados na dissertação de mestrado “Venezuelanos com autismo em situação de refúgio: a abordagem interseccional do tema no jornalismo humanitário e media interventions”, escrita por esta pesquisadora. Assim, foi proposto neste estudo investigar a realidade vivida por famílias em situação de refúgio vindas da Venezuela com filhos autistas e suas percepções a respeito da cobertura jornalística sobre a temática da pessoa com deficiência, especificamente as que estão dentro do Transtorno do Espectro Autista (TEA)¹. A pesquisa partiu da inquietação desta pesquisadora devido aos altos números de deslocamento forçado em todo mundo, sobretudo, na América do Sul, já que no início do estudo em 2021 o relatório anual do Alto-Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), apresentou 89,3 milhões de pessoas forçadas a se deslocar em todo o globo e, desse total, calcula-se que 12 milhões ou mais são pessoas com deficiência. Desses 89,3 milhões, 4,4 milhões são venezuelanos fora de seu país que não entraram na estatística do refúgio. No Brasil, a Operação Acolhida², criada em 2018, já assistiu 100 mil venezuelanos (ACNUR). Diante deste cenário, esta pesquisa teve como propósito compreender a necessidade da prática do Jornalismo Humanitário e media interventions. O método utilizado neste estudo definiu a amostra como composta por pelo menos cinco e no máximo quinze adultos venezuelanos em situação de refúgio no Brasil, que são refugiados ou solicitantes de refúgio, e que são responsáveis diretos por crianças ou adolescentes autistas com idades entre 18 meses e 17 anos, nascidos no Brasil ou na Venezuela. Após a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Metodista de São Paulo, os participantes foram convidados

a participar do estudo por meio de convites publicados nas mídias sociais da pesquisadora, incluindo Facebook, Instagram, LinkedIn e Twitter, bem como nas mídias sociais de grupos de venezuelanos em situação de refúgio, como a página “Venezuelanos residentes no Brasil” no Facebook. Reconhece-se que, para este estudo, foi identificada a necessidade de realizar entrevistas em profundidade para compreender a situação daqueles que têm experiência prática com o deslocamento forçado e a vivência do autismo. Além disso, discutiu-se o conceito de voz e escuta, bem como a política de pertencimento. Portanto, seria contraditório não utilizar entrevistas em profundidade neste contexto.

2 A ESTRUTURA DA ENTREVISTA EM PROFUNDIDADE COM VENEZUELANOS EM SITUAÇÃO DE REFÚGIO

Esta pesquisa teve como base um roteiro de entrevista em profundidade dividido em três categorias: (1) perfil do participante, (2) principais desafios enfrentados, como a busca por direitos básicos, como acesso à educação e à saúde, e (3) o papel social do jornalismo e sua importância na cobertura desse tema, com destaque para os desafios mencionados pelos entrevistados. Desde o início, esse método foi proposto para criar um ambiente em que o entrevistado pudesse contar sua história de forma que sua vida e trajetória fossem valorizadas e respeitadas. Dessa forma, as falas dos entrevistados são utilizadas na íntegra para contribuir com a compreensão do leitor sobre a situação das pessoas que cuidam de indivíduos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) ou adultos autistas em situação de refúgio, vindos da Venezuela para o Brasil.

Realizar entrevistas, sobretudo se forem semi-estruturadas, abertas, de histórias de vida etc. não é tarefa banal; propiciar situações de contato, ao mesmo tempo formais e informais, de forma a “provocar” um discurso mais ou menos livre, mas que atenda aos objetivos da pesquisa e que seja significativo no contexto investigado e academicamente relevante é uma tarefa bem mais complexa do que parece à primeira vista (DUARTE, 2004, P. 216).

Nesta etapa do trabalho, destaca-se a importância de abordar a temática da imigração na área da comunicação social, conforme relatado pela jornalista, professora e doutora Camila Escudero. Em sua tese de doutorado intitulada “Comunidades em festa: a construção e expressão das

identidades sociais e culturais do imigrante nas celebrações das origens” (2015), Escudero aborda as mediações culturais com imigrantes de origem latino-americana estabelecidos em Chicago (Estados Unidos) e São Paulo (Brasil). Destaca-se um trecho da pesquisa de Escudero, que se baseia nos estudos realizados por Orlando Mauricio de Carvalho e Ilka Sharllen Lima Barros (2010) sobre os cursos de pós-graduação *stricto sensu* realizados por pesquisadores brasileiros.

Em um estudo sobre a pós-graduação *stricto sensu* no Brasil, Berti e Silva (2010) apontam que existiam, em 2010, 38 PPGs reconhecidos oficialmente pela CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) – órgão do governo federal, ligado ao Ministério da Educação, responsável pelo gerenciamento dos programas de Mestrado e Doutorado no país. Segundo os autores, o número é relativamente baixo, se comparado a outras áreas do conhecimento (principalmente as ciências Exatas ou Humanas), que já existem há quase um século no Brasil e contam com centenas de PPGs; por outro lado, representa uma “mediana maturidade frente às novas áreas surgidas na década de 1990” (ESCUDEIRO, 2015, P. 42-43).

Escudero (2015) aponta que os temas centrais de pesquisa na área da comunicação sobre imigração incluem questões como identidade, pertencimento, representação midiática, políticas públicas e interações interculturais. Esses temas são fundamentais para compreendermos não apenas os processos de integração e aculturação dos imigrantes, mas também para analisarmos o papel dos meios de comunicação na construção de narrativas sobre a imigração e na formação de opinião pública sobre o tema.

Numa análise geral, verificamos que os trabalhos sobre a temática migratória no campo da Comunicação privilegiam categorias como: fronteira, identidade, memória e narrativa e comunidades (ESCUDEIRO, 2015, P. 49).

Com base nisso, esta pesquisa, que se concentra na análise da cobertura midiática de pessoas com deficiência em situação de refúgio, abre novas perspectivas a serem exploradas na área da comunicação social. Para facilitar a compreensão, apresenta-se a seguinte classificação:

Tabela 1 – Participantes venezuelanos da entrevista em profundidade

Nome usado na pesquisa	Responsável por	Gênero	Grau de parentesco	Ocupação	Escolaridade
Responsável A (42 anos)	menina autista (12 anos)	feminino	mãe	mãe em tempo integral	pós-graduada em tributação
Responsável B (47 anos)	menino autista (14 anos)	feminino	mãe	assistente administrativo	licenciatura em educação e terapeuta educativa
Autista adulto (31 anos)		masculino		chefe de cozinha	técnico nutricional, administração de empresa, contabilidade e gastrólogo

Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Como suporte para este estudo utilizou-se também da pesquisa realizada por Regiane Garcêz (2008), jornalista, mestre, doutora e professora adjunta do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), que aborda a luta por reconhecimento da comunidade surda, tema que se aproxima do foco da presente pesquisa. A tese de doutorado de Garcêz, intitulada “O valor político dos testemunhos: Os surdos e a luta por reconhecimento na internet”, investiga a luta por reconhecimento da comunidade surda no meio digital por meio de seus discursos. Uma das abordagens de Garcêz se alinha à percepção desta pesquisadora sobre entrevistas em profundidade, ao valorizar os relatos das pessoas surdas sem, no entanto, considerar essas falas como uma representação fiel de toda a comunidade. Assim como em sua pesquisa, neste trabalho, apesar da relevância das falas dos entrevistados, suas vozes não são consideradas representativas de todos os venezuelanos com familiares autistas. Entende-se que suas experiências individuais não refletem as de todos, mas oferecem uma perspectiva mais empírica da temática (GARCÊZ, 2008). Outro ponto relevante na pesquisa de Garcêz é a questão do pertencimento das pessoas com deficiência auditiva dentro da comunidade surda.

A partir desse conceito, entendemos que não basta ser surdo para ter uma identidade surda. É preciso que os indivíduos desenvolvam um sentimento de pertença

a essa coletividade e que seus contextos e histórias forneçam elementos para a constituição de um “algo em comum”. Geralmente, o grau de perda auditiva importa pouco e, embora a surdez seja biológica, a identidade dos surdos é construída socialmente (GARCÊZ, 2008, P. 63).

Nesse contexto, é importante ressaltar que, embora o convite para participar da pesquisa tenha sido aberto a todos os venezuelanos em situação de refúgio no Brasil, foi necessário que os participantes se identificassem com duas esferas de pertencimento para serem incluídos na entrevista: como cuidadores de indivíduos com deficiência - neste caso, autismo - ou como indivíduos autistas, e como pessoas em situação de refúgio.

Seguindo a estrutura de entrevista em profundidade proposta por Antônio Barros e Jorge Duarte (2006), este trabalho adotou a seguinte sequência: (1) pesquisa qualitativa, (2) semi-estruturada, (3) roteiro, (4) em profundidade (BARROS; DUARTE, 2006, P. 65). Como mencionado anteriormente, a entrevista em profundidade desta pesquisa foi baseada em um roteiro de perguntas para proporcionar um suporte cronológico e flexibilidade para a explanação dos participantes. Isso permitiu extrair a experiência do entrevistado por meio de relatos, em vez de respostas pré-determinadas.

Uma entrevista semi-aberta geralmente tem algo entre quatro e sete questões, tratadas individualmente como perguntas abertas. O pesquisador faz a primeira pergunta e explora ao máximo cada resposta até esgotar a questão. Somente então passa para a segunda pergunta. Cada questão é aprofundada a partir da resposta do entrevistado, como um funil, no qual perguntas gerais vão dando origem a específicas. O roteiro exige poucas questões, mas suficientemente amplas para serem discutidas em profundidade sem que haja interferências entre elas ou redundâncias. A entrevista é conduzida, em grande medida, pelo entrevistado, valorizando seu conhecimento, mas ajustada ao roteiro do pesquisador (BARROS; DUARTE, 2006, P. 66).

Assim, a seguir são apresentadas as falas dos entrevistados, contendo informações que: (1) contextualizam a trajetória dos participantes para melhor compreensão do leitor; (2) expressam suas opiniões sobre o jornalismo em geral e seu papel social; e (3) relatam suas experiências em busca de acesso à

saúde e educação para pessoas com TEA na Venezuela e no Brasil. Portanto, este trabalho busca mais o conhecimento empírico dos participantes sobre o tema do que a quantidade de participantes entrevistados.

Uma boa pesquisa exige fontes que sejam capazes de ajudar a responder sobre o problema proposto. Elas deverão ter envolvimento com o assunto, disponibilidade e disposição em falar. Nos estudos qualitativos, são preferíveis poucas fontes, mas de qualidade, a muitas, sem relevo. Desse modo, e no limite, uma única entrevista pode ser mais adequada para esclarecer determinada questão do que um censo nacional. Por isso, é importante considerar que uma pessoa somente deve ser entrevistada se realmente pode contribuir para ajudar a responder à questão de pesquisa (BARROS; DUARTE, 2006, P. 68).

Esta pesquisa valoriza o respeito ao tempo concedido e a confiança dos participantes ao compartilharem um pouco de suas trajetórias, não apenas como um simples relato, mas como uma forma de contribuir para a sociedade brasileira.

Dessa maneira, entendemos que os testemunhos são relatos de experiências de vida, experimentadas pelos próprios sujeitos que contam suas histórias e que são ao mesmo tempo narradores e protagonistas delas. Podemos também considerar aqueles depoimentos em que a vida do narrador foi diretamente afetada por algo que ele presenciou, afinal, ele não apenas viu, mas experimentou aquela situação (GARCÊZ, 2008, P. 74).

A seguir, apresenta-se a abordagem qualitativa resultante da pesquisa em profundidade com venezuelanos em situação de refúgio no Brasil, que são responsáveis diretos por autistas com menos de 18 anos ou autistas adultos.

3 PERCEPÇÃO ACERCA DA OPERAÇÃO ACOLHIDA NA PERSPECTIVA DOS VENEZUELANOS CUIDADORES DE AUTISTAS

Através das falas dos entrevistados, propõe-se situar o leitor a respeito de suas trajetórias, incluindo seu deslocamento e os desafios enfrentados ao longo do caminho. A Responsável A, mãe de 42 anos com uma filha autista de 12, descreve seu deslocamento em três fases: primeiro, o deslocamento

interno até a fronteira com o Brasil; em seguida, o trajeto dentro do país; e finalmente, o acolhimento em sua residência atual, com destaque para o apoio da prefeitura de sua cidade atual, cujas ações de acolhimento propiciaram uma interiorização mais eficaz.

Chegamos aqui no Brasil em outubro de 2019. Toda a minha viagem até a fronteira do Brasil foi custeada pelo meu esposo e eu, e quando nós cruzamos a fronteira em Santa Elena de Uairén na Venezuela junto ao Brasil para ir para Pacaraima, aí ele procurou por um irmão da Igreja que nos recebeu e chegamos em Pacaraima. Ao chegar em Pacaraima começamos a fazer toda a documentação que precisávamos para poder nos estabelecer no Brasil e fomos para Boa Vista. Em Boa Vista ficamos em uma casa de acolhimento da mesma Igreja que nós somos membros e ficamos 7 dias (A Responsável A, mãe, 42 anos, filha autista com 12).

Em comparação com a trajetória da Responsável A, a Responsável B, mãe de 47 anos com um filho autista de 14 anos, teve uma experiência diferente, pois o Brasil não foi o primeiro país considerado como um possível novo lar. O caso de sua família reflete o de muitas outras que preferem países de língua espanhola, como a Colômbia, por exemplo, que em 2018 registrou “a chegada de 1,722 milhão de venezuelanos, e o Peru de 1,043 milhão” (ACNUR, 2021, p. 14).

Primeiro eu queria vir para o Brasil porque estávamos perto, na Venezuela tem uma fronteira muito perto. Então só cruzamos a fronteira porque tem um estado muito perto com o Brasil. Mas como família não foi opção pelo idioma. Meu esposo e eu decidimos o Peru, mas não foi uma boa escolha. Chegamos ao Peru, meu filho e eu. Meu esposo passou pelo Equador, onde esteve mais ou menos por 1 mês. Ele seguiu para o Peru e meses depois eu também fui para o Peru com o meu filho. A gente foi de ônibus. Passamos por Colômbia, de Colômbia ao Equador e do Equador ao Peru (Responsável B, mãe, 47 anos, filho autista com 14).

Após passar pelo Peru, a Responsável B chegou ao Brasil pela fronteira com o estado do Acre em outubro de 2021. O trajeto incluiu passagens por Rondônia, Manaus, Belém, Recife e Rio de Janeiro, até que finalmente chegaram ao destino final. Esse deslocamento foi realizado sem documentos e por meio de uma solicitação de viagem.

A gente tinha que aguardar um mês, fazer a solicitação e aguardar um mês, mas nós não podíamos aguardar um mês, a gente não tinha dinheiro para pagar um hotel e não conseguíamos trabalhar porque não tínhamos documentação. Então procuramos novamente por causa da deficiência dele, do autismo e foi assim que conseguimos. E falaram que ele podia viajar, podiam dar o documento no mesmo dia, mas para meu esposo e para mim não. Mas isso não tem sentido porque ele não podia viajar sozinho. E depois de tanto tentar a gente conseguiu finalmente e três dias depois conseguimos viajar com a ajuda da Igreja que conseguiu um voo humanitário para nós até Porto Alegre (Responsável B, mãe, 47 anos, filho autista com 14).

O itinerário ocorreu sem nenhum auxílio específico para pessoas com deficiência, e com o filho autista da Responsável B amparado apenas por sua própria família durante toda a jornada.

Foi um pouco forte para o meu filho principalmente porque ele ficou chorando, estava um pouco chateado. Ele tinha fome, nós estávamos com fome e quase que não tínhamos dinheiro para gastar no aeroporto porque era muito caro (Responsável B, mãe, 47 anos, filho autista com 14).

Filho de mãe colombiana e pai venezuelano, o Autista adulto, de 31 anos e com Síndrome de Savant, também não considerou o Brasil como sua primeira escolha. A decisão de se deslocar tornou-se um assunto de família em 2017, sendo efetivada em 2018.

Quando você fala do sistema administrativo socioeconômico, não se fala somente da parte financeira, também se fala da parte social. De coisas básicas e de outros conceitos que eu aprendi na faculdade de administração e contabilidade. Meu poder aquisitivo estava em 20 dólares mensais e com este poder aquisitivo nenhuma pessoa totalmente solteira pode viver. Tomei a decisão de ser imigrante no dia 21 de março de 2018. Foi a minha decisão de ser imigrante. Neste dia eu cruzei a fronteira da Colômbia e obviamente visitei os meus pais e porque a última visita que tive com a família já tinha mais de 5 anos. E essa experiência foi muito ruim, não é, deixar família, comunidade (Autista adulto, 31 anos, Síndrome de Savant).

4 TERAPIAS, ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

O acesso a terapias, à educação e à discussão da temática do autismo na Venezuela é percebido pelos entrevistados como sendo menos abordado em seu país de origem. Para a Responsável A, o autismo na Venezuela é um tabu, o que resulta em desafios significativos na área da saúde e da educação para as pessoas com deficiência, além de representar um alto custo financeiro.

A situação do meu país, da Venezuela, meu esposo e eu ficávamos muito preocupados porque nós já sabíamos que nossa filha tinha uma deficiência, só que em meu país ela era só diagnosticada com TDAH (Transtorno do déficit de atenção com hiperatividade) e hiperatividade. Mas depois de passar, que ela já tinha começado a 1ª série na escola, nós víamos certas dificuldades que pela idade ela não conseguia fazer. Então, buscamos especialistas, apesar que ela desde os 2 anos não falava. Então, nós estávamos buscando equipes multidisciplinares para ela porque só pensavam que era um transtorno de déficit de atenção e hiperatividade. Mas quando ela passou para a 1ª série todas as coisas ficaram mais difíceis, para a leitura, para fazer a matemática. E a exigência era muito maior de quando ela estava na creche ou no jardim, porque lá não precisava, era só brincar, dançar e cantar, era só isso (A Responsável A, mãe, 42 anos, filha autista com 12).

No caso da Responsável B, cuja experiência vinha da área da educação e com autistas, a percepção do desenvolvimento de seu filho foi o ponto de partida para a busca de um diagnóstico.

Eu procurava pelo diagnóstico dele, e eu sabia que ele tinha autismo. Eu o levei para um especialista quando ele tinha 1 ano, mas me falavam que ele não tinha nada, que era ideia minha. Ele não falava, ele tinha algumas atitudes que não estavam em grau de normalidade (Responsável B, mãe, 47 anos, filho autista com 14).

Meu trabalho na Venezuela foi com educação, e eu trabalhava com autistas, então eu tinha muitas ferramentas para trabalhar com ele e saber o que ele estava apresentando. Depois de 2 anos ele estava conseguindo falar depois de muito tratamento, muitas terapias. Na Venezuela ele fez dinâmica de grupo, foi a primeira quando ele tinha 1 ano e meio, depois com 2 anos ele começou Terapia ABA, depois ele fez uma

terapia de escuta, coral integrado, estava na escola, já. Eu trabalhava com outras crianças com autismo, mas não com o meu filho. Licenciatura em educação infantil e também uma especialização em autismo, terapeuta educativo. Primeiro ele estava em creche. Quando eu vi que ele não estava falando, que ele precisava de muita ajuda, eu voltei ele para a creche para ver o desenvolvimento dele. Quando ele já tinha 2 anos e 9 meses ele passou para a escola onde eu trabalhava. Uma escola grande. Tinha 10 salas e ele estava com outras professoras (Responsável B, mãe, 47 anos, filho autista com 14).

Com um serviço semelhante ao Sistema Único de Saúde, a Responsável B teve acesso a uma instituição pública que prestou assistência ao seu filho.

Na Venezuela tem outros serviços, não como o SUS. Ele estava em uma pública que ele fazia psicologia, era uma instituição para crianças especiais. Tinham duas. Era lá e outra era do Governo. Era privada, mas era de graça. Era uma instituição privada, mas era de graça para eles. Mas o atendimento era só temporal porque davam prioridade para as crianças que geralmente precisavam de mais ajuda. E também pagava. Tinha gente que trabalhava em empresa grande e podia pagar e devolver o dinheiro. E eram terapias muito caras, fazia diariamente terapia ABA (Responsável B, mãe, 47 anos, filho autista com 14).

O relato da Responsável A demonstrou que por mais que houvesse renda vinda dela e de seu marido, custear todo o tratamento médico na Venezuela era impossível devido à situação do país.

A situação de meu país ficava muito ruim para nós porque eu fazia de maneira particular para ela. Eu trabalhava em uma clínica de saúde, então eu buscava o melhor para ela. Eu procurei muito por médicos bons na cidade para ela, mas já vinha um momento em meu país que em 2019 ficava muito difícil. Apesar que meu esposo tinha um bom trabalho e eu trabalhava em uma empresa de saúde e já estava há 11 anos trabalhando ali, eu era auditora interna, e o dinheiro não dava mais para custear as coisas para ela. Na Venezuela ela passava tudo no particular. No Brasil ela passa no SUS e na APAE ela faz fonoaudiologia, neurologista e terapia ocupacional (A Responsável A, mãe, 42 anos, filha autista com 12).

A filha da Responsável A foi incluída com ações diretas do Estado e de outras instituições, que atenderam às necessidades específicas da família. A decisão de deixar o país natal contou com o apoio do Serviço Humanitário SUD de A Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, desde a travessia da fronteira até os primeiros 3 meses em seu destino final. Esse serviço humanitário de alcance global atua há mais de 30 anos e, desde 1985, colabora com organizações para fornecer “mais de US\$ 2,5 bilhões em assistência em 199 países e territórios” (Projetos..., 2022). Esse programa concentra-se em sete áreas principais: resposta a emergências, cuidados com a visão, cuidados maternos e neonatais, cadeiras de rodas, acesso à água limpa, imunizações e iniciativas alimentares. Aproximadamente, em um ano, são enviadas 3.700 toneladas de sapatos e roupas, 300 mil kits de higiene e escolares, e 12 mil mantas para mais de 50 países (AJUDA..., 2023). Os dados mais recentes, de 2021, informam que o Serviço Humanitário SUD realizou 294 projetos em 50 países em resposta à situação do deslocamento forçado em todo o mundo.

Figura 1 – Alcance Global dos Serviços Humanitários SUD

COMIDA SEGURA 357.378 pessoas atendidas em 18 países, 114 bolsas concedidas em 11 países	CUIDADOS MATERNOS E RECÉM-NASCIDOS 16.473 pessoas atendidas em 9 países	ÁGUA LIMPA E SANEAMENTO 593.025 pessoas atendidas em 23 países	CADEIRAS DE RODAS 17.381 pessoas atendidas em 16 países	RESPOSTA DE EMERGÊNCIA 1.147 projetos em 158 países
CUIDADOS COM A VISÃO 401.548 pessoas atendidas em 17 países	IMUNIZAÇÕES 10 campanhas para eliminar doenças em países em desenvolvimento	RESPOSTA DE REFUGIADOS 294 projetos em 50 países	PROJETOS COMUNITÁRIOS 654 projetos internacionais em 176 países	RESPOSTA COVID-19 2020 1.031 projetos em 151 países

Fonte: Projetos..., 2022.

Destaca-se o impacto social significativo deste programa, não apenas pela experiência pessoal desta pesquisadora como voluntária, mas principalmente por seu papel crucial no acolhimento da família da Responsável A. Em relação à assistência a pessoas em situação de refúgio, o programa ajudou 20.000 beneficiários em 2021 (SERVIÇOS..., 2021).

Esse acolhimento nesta casa era assim: era por turma, chegava um grupo de pessoas e saíam porque essa ajuda era de graça. Um membro da Igreja ajudava. Então nos enviaram 7 dias a Manaus e depois fomos em um voo privado para o Rio Grande do Sul. Embora, primeiro tenhamos feito escala em São Paulo e viemos para Porto Alegre e depois para Esteio. Em Porto Alegre fomos recebidos por um bispo da Igreja que nos assistiu e ele havia procurado uma casa para nós. A princípio nos primeiros 3 meses todo o acolhimento foi feito pela Igreja (A Responsável A, mãe, 42 anos, filha autista com 12).

A assistência durante a fase inicial da interiorização da família da Responsável A prosseguiu por meio do Espaço Mundo, um programa local de apoio a imigrantes na cidade de Estélio, em Porto Alegre.

É um espaço de acolhimento para todos os imigrantes, de todos os países, não só da Venezuela. Mas a prefeitura aqui, ele (o prefeito) vai buscar na fronteira diretamente em Boa Vista e ele traz para cá para Estélio, e ele tem como uma espécie de um hotel e ele dá acolhimento para todos os venezuelanos por certo tempo. Então, até a pessoa procurar um trabalho, fazer tudo. Então, é este lugar da prefeitura que se chama Espaço Mundo, então, quando uma pessoa chega aqui ela já vai lá para se cadastrar. Por isso a cidade Estélio é chamada de Cidade da Solidariedade. Este prefeito recebeu um reconhecimento sobre isso, sobre o seu acolhimento a venezuelanos. Você mora em Novo Estélio, então eles dizem o que você tem que fazer e vão te encaminhando. Uma coisa que você tem que fazer, se não tiver resposta imediata, a senhora pega o número de telefone e ele encaminha. Foram eles que encaminharam a minha filha para a APAE (A Responsável A, mãe, 42 anos, filha autista com 12).

O mesmo ocorreu com a Responsável B, que realizou o trajeto de avião por intermédio do Serviço Humanitário SUD.

De Rondônia pegamos 3 voos, quase 4 porque saímos com a ajuda humanitária da Igreja, ela conseguiu voos humanitários para nós. O primeiro voo foi até Manaus, chegamos às 19h da noite e saímos às 7h da manhã

para Belém. Em Belém chegamos às 7h da manhã e aguardamos até as 17h da tarde até Recife. A gente tinha que ir até Recife e quando chegamos lá o pessoal da Igreja ligou para um bispo aqui em Porto Alegre e que ele ajudou a gente com 3 meses de aluguel. Então nós pegamos um voo até Rio e de Rio até Porto Alegre (Responsável B, mãe, 47 anos, filho autista com 14).

No caso da Responsável B, que possuía conhecimento sobre autismo e trabalhava em escolas, a busca por auxílio didático para seu filho ocorreu mesmo antes do laudo médico. No entanto, ao chegar ao Brasil, seu conhecimento prévio e o laudo médico não foram suficientes para que seu filho tivesse acesso imediato às mesmas terapias realizadas na Venezuela, pois o laudo de diagnóstico para TEA não era reconhecido pelo sistema de saúde brasileiro.

Foi pelo SUS. Pra comprar risperidona não precisava, e para Ritalina precisava de laudo. E não tinha laudo aqui no Brasil e pra conseguir laudo precisava do atendimento deste psiquiatra ou neurologista. O laudo da Venezuela não tinha validade aqui. Eu não conseguia nenhuma medicação para ele com este laudo. Pediam laudo na escola, pediam laudo para tudo, mas tinha que ser o laudo do Brasil. E através do SUS os médicos me encaminharam para o neurologista. Ainda não tive consulta com o neurologista, já tem mais de 1 ano. Já passou mais de 1 ano e ainda não temos data de atendimento. Mas graças a Deus, no ano passado mais ou menos em março já, 1 ano, conseguimos com o psiquiatra. Graças a ela conseguimos as medicações de graça. Conseguimos pela farmácia do estado. Tanto a Ritalina como o Risperidona. A psiquiatra deu um laudo para ele. Foi muito bom, em abril de 2022 (Responsável B, mãe, 47 anos, filho autista com 14).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o objetivo de investigar e compreender como o jornalismo brasileiro tem abordado a questão da “pessoa com deficiência em situação de refúgio”, esta pesquisa, baseada nos relatos dos participantes de entrevistas em profundidade, apresentou a visão deles sobre o tema “autismo na cobertura midiática”. As respostas indicaram que o Brasil é percebido como um país que

se esforça para debater a inclusão da pessoa com deficiência, especialmente do autismo, mas de forma mais voltada para conscientização em outros contextos do que por meio do jornalismo.

Eu acho que hoje em dia está mais conscientizado. Porque é algo que está: dia 2 de abril, você abre o Google, está Dia do Autismo. É como uma obrigação as pessoas saberem do tema. Mas eu acho que hoje em dia, falo por meu país, a gente está mais familiarizado com o tema (Autista adulto, 31 anos, Síndrome de Savant).

Não vi notícias no Brasil falando sobre autismo, mas vi em ônibus, não tanto comunicação sobre autismo, mas vejo muita conscientização. Em todas as partes têm prioridade, sempre dão prioridades para as pessoas idosas, que estão grávidas, e esta prioridade também para autismo. Quando cheguei no aeroporto e olhei a fita do autismo. Nos ônibus também, nos bancos, em todas as partes. Inclusive nas filas dão prioridade (Responsável B, mãe, 47 anos, filho autista com 14).

Para a Responsável A, as reportagens brasileiras exageram em algumas informações, porém, em comparação com a cobertura midiática na Venezuela, o jornalismo no Brasil aborda o tema de forma mais aberta. Segundo ela, em seu país de origem, “falar sobre autismo é como um tabu, porque muitas vezes as pessoas não aceitam” (Responsável A, mãe, 42 anos, filha autista de 12 anos).

Exagerado em que tipo: que se você vai falar, oh, existem dentro do Brasil um posto de saúde com uma fila de 300 crianças na lista de espera para passar com neurologista, vou falar um tema. Então, são 300, mas ele (o jornalismo) fala 700, 800, mas aqui acontece, ao contrário do meu país que não tem nada disso. E são excluídos por total. Na saúde e na educação (A Responsável A, mãe, 42 anos, filha autista com 12).

Quando solicitada a comentar sobre uma matéria relacionada ao autismo que se lembrava, a Responsável A mencionou o tema da aposentadoria para autistas. Ela destacou o jornal de veiculação nacional SBT Brasil, exibido às 19h45 de segunda a sábado, como seu programa preferido.

Já foi há um tempo já, que eles (veículos de comunicação) falaram sobre criança com autismo e aposentadoria. Onde eu moro tem o jornal do SBT Brasil, eu sou muito

fanática aliás, eu assisto mais televisão, mas muitas vezes as redes sociais. Eu sigo muitas redes sociais que falam sobre crianças com autismo ou grupos de WhatsApp e eu aprendo muito (A Responsável A, mãe, 42 anos, filha autista com 12).

Os participantes também apontaram a diferença na percepção da noticiabilidade entre as nações da Venezuela e do Brasil, destacando uma mudança de opinião antes e depois de se deslocarem para o Brasil.

Anteriormente eu achava igual (jornalismo do Brasil e da Venezuela), mas agora não. Notícia da Venezuela é só falsidade (Responsável B, mãe, 47 anos, filho autista com 14).

Dia 2 de abril na televisão aqui do Brasil no canal estadual foi falado: Hoje se celebra dia 2 de abril, o dia azul que é o dia da conscientização do autismo, achei legal. Eu gostei. ALTV, você conhece como Globo. Então eu achei legal que as notícias da manhã, este programa: Café da Manhã. Eu olho porque no meu trabalho, no período da manhã, eu olho na cafeteria do meu trabalho, no hospital tem uma televisão e mostra as notícias do Café da Manhã, então eu estava olhando e eu lembro, achei legal, e vi, ual! Na verdade, aqui há é forte a conscientização sobre este tema porque não se fala apenas sobre autismo, se fala de tudo e isto é algo que esta sociedade precisa bastante, principalmente estes tempos bem modernos onde os princípios são perdidos bastante, o respeito é perdido bastante (Autista adulto, 31 anos, Síndrome de Savant).

Por meio das falas dos participantes, observou-se que o jornalismo, juntamente com outras instituições como escolas, prefeituras e clínicas médicas, contribuiu para a realização da interiorização, bem como para a busca e obtenção de diagnósticos médicos. Um caso específico diz respeito ao Autista Adulto, que só recebeu o diagnóstico de TEA no Brasil. Além do diagnóstico de autismo, foram identificadas mais duas condições: Transtorno de Von Willebrand e Síndrome de Savant.

Então, morei um tempo na Colômbia já que tenho família na Colômbia e como te falei sou muito trabalhador, mas não tenho boa adaptação social. Sempre me

marcaram por ser diferente, como louco, distraído, que não gosta de olhar para as pessoas, que não fala, que é inteligente. Me diagnosticaram com autismo e com Síndrome de Savant, que é considerado como o autista que é superinteligente. Hoje em dia aqui no Brasil tenho tratamento com psicólogo para tratar de acertar o que eu sou e também me diagnosticaram com Transtorno de Von Willebrand, que eu sofro de sangramentos causados por minha patologia. É uma doença, mas eu não deixo que a doença me destrua (Autista adulto, 31 anos, Síndrome de Savant).

Assim, a proposta inicial foi identificar em que medida os conceitos do Jornalismo Humanitário são aplicados na cobertura midiática brasileira ao se tratar de pautas sobre pessoas com deficiência em situação de refúgio, em especial, venezuelanos autistas e cuidadores venezuelanos autistas. No total, três entrevistas foram realizadas. Mesmo com dez demonstrações de interesse em fazer a entrevista, apenas três retornaram confirmando a participação. O convite, como proposto ao Comitê de Ética e Pesquisa, foi publicado na página do Facebook Venezuelanos no Brasil e compartilhado através do perfil pessoal de colegas da área da comunicação, sobretudo jornalistas atuantes na temática da imigração e do perfil pessoal desta pesquisadora. Outros contatos também foram feitos com a Associação dos Venezuelanos no Brasil Assovenbra e a ONG Casa Venezuelana, porém sem resposta. Em relação a referências no estudo do autismo no Brasil, alguns nomes contatados foram: Carol Souza (autista); Paulo Liberalesso (neuropediatra); Vanessa Ziotti (advogada especialista nos direitos das pessoas com deficiência); Mirela Carla (apresentadora do Podcast Autispod); Dayanne Albuquerque (irmão de autista); Ivan Baron (influenciador da inclusão); Fatima de Kwant (jornalista e pesquisadora sobre autismo); Introvertendo (Podcast sobre autismo); Dani Freitas (especialista em autismo); Renata Batista (especializada em psicopedagogia e psicomotricidade); e Instituto Lagarta Vira Pupa.

No contexto desta pesquisa, foram analisados diversos conceitos, tendo como referencial teórico os estudos nas áreas do direito internacional humanitário, da comunicação institucional, do jornalismo humanitário, da filosofia política, da sociologia contemporânea, da psicologia social, da interseccionalidade, da política de pertencimento e media interventions (Morin, Bauman, Arendt, Moscovici, Andreucci, Bunce, Liesen, Scott, Victor, Wright, Honneth, Maia, Fraser, Yuval-Davis, Marjoribanks). Observou-se os seguintes pontos:

Mesmo com a Operação Acolhida, criada em 2018, o programa de assistência a pessoas em situação de refúgio não é capaz de atender especificamente às pessoas com deficiência. Suas três áreas de atuação: (1)

ordenamento da fronteira Brasil-Venezuela; (2) abrigo e acolhimento de imigrantes da Venezuela; e (3) interiorização dos imigrantes (BRASIL, 2022), não possuem ferramentas que forneçam amparo para as famílias com indivíduos autistas a partir da entrada no Brasil. Como relatado pela Responsável B, foi permitido que seu filho viajasse sozinho, algo inviável para um autista de alto suporte e com menos de 18 anos. Nota-se o despreparo não apenas da companhia aérea disposta a fazer o transporte do filho da Responsável B, assim como da própria Operação Acolhida em propor tal situação. Outro ponto a ser observado com maior atenção foi a falta de acesso a terapias e remédios já utilizados na Venezuela pelo autista, por uma questão do não reconhecimento do sistema de saúde brasileiro do laudo de diagnóstico para TEA emitido fora do país. Esse bloqueio configura-se em uma violação direta dos direitos humanos que garantem o acesso à saúde independentemente da nacionalidade e documentação.

Em relação ao jornalismo, a fala dos três entrevistados evidencia que a discussão do autismo acontece mais através da divulgação em locais públicos como ônibus ou hospitais, principalmente em datas comemorativas, do que por meio da cobertura jornalística. Nenhum dos participantes apresentou matérias jornalísticas específicas que abordaram a questão migratória com a temática da pessoa com deficiência, muito menos do autista em situação de refúgio. Os apontamentos feitos nesta pesquisa quanto à cobertura midiática brasileira a respeito das pessoas com deficiência que estão em deslocamento forçado se equiparam à fala dos entrevistados. Ou seja, não há evidências empíricas dos venezuelanos entrevistados, como não foram encontradas reportagens que pautem o tema. Ao analisar os conceitos principais deste trabalho, apresenta-se o seguinte:

A Luta por Reconhecimento³ é percebida por meio das falas dos entrevistados, que demonstram a necessidade de discutir o tema do autismo e o preconceito contra pessoas em situação de refúgio. Essa luta é vista de forma secundária através das Responsáveis A e B, que são porta-vozes de seus filhos autistas e primária na voz do autista adulto. Independentemente da posição, os participantes demonstraram sua luta por reconhecimento antes de vir ao Brasil na medida em que buscaram por acesso a direitos civis já garantidos em seu país natal. Após o deslocamento, sua luta por reconhecimento se expandiu para acessar direitos previstos pela legislação brasileira a imigrantes e pessoas em situação de refúgio. Os relatos que envolveram situações de violência física e verbal compartilhados por um dos participantes foram omitidos neste trabalho. Sua luta por reconhecimento ocorreu diante da violação de direitos dele e de sua família.

A Política de Pertencimento foi percebida nas falas da Responsável A e Responsável B de forma que ambas se reconhecem como cuidadores de autistas e venezuelanos em situação de refúgio. O mesmo ocorre com o autista adulto que, a partir do recebimento do diagnóstico para TEA, apresenta-se como indivíduo autista. Todos demonstram a importância de discutir e aprender sobre autismo como indivíduos e como membros de uma comunidade neurodivergente⁴. Assim, os participantes desta pesquisa se enquadram em três áreas: venezuelanos em situação de refúgio, como pessoas com deficiência ou cuidadores de PcD⁵, e como imigrantes na comunidade brasileira.

Os conceitos de voz, escuta e pertencimento amparados nos estudos de Marjoribanks (2018) são inexistentes através dos relatos dos entrevistados. Todos os participantes com moradia no Brasil há mais de 2 anos não tiveram nenhum contato com a mídia no que se refere a pautas sobre imigração, refúgio, pessoas com deficiência ou autismo. O primeiro contato dos entrevistados com um profissional da comunicação foi por meio desta pesquisadora. Mesmo com o crescimento dessas temáticas ao longo da última década, nota-se que o jornalismo tem colocado como prioridade fontes de especialistas, líderes de instituições e parlamentares. Dessa maneira, os protagonistas das histórias ainda permanecem em segundo plano, ou usados esporadicamente em matérias.

A intervenção de mídia não é reconhecida pelos entrevistados. Nenhum trabalho do meio jornalístico com ênfase na pauta da pessoa com deficiência em situação de refúgio foi mencionado por eles. Mesmo que os três entrevistados tenham destacado que o jornalismo brasileiro atua de maneira diferente em comparação ao da sua terra natal, a Venezuela; ou, como demonstrado pelo autista adulto em relação aos outros países da América do Sul, em nenhum momento a cobertura midiática foi dita como principal fonte de informação. Também não foi citada qualquer relação entre profissionais da área da comunicação com os venezuelanos autistas, ou cuidadores de autistas interiorizados no Brasil. Em nenhuma etapa do acolhimento no Brasil houve intervenção da mídia de forma a contribuir com uma interiorização segura e que respeitasse a interseccionalidade das pessoas com deficiência durante o seu deslocamento.

Com os resultados foi proposto a elaboração de um guia para ser um aliado aos estudos sobre interseccionalidade, pertencimento e Jornalismo Humanitário usados como referência nesta pesquisa. O objetivo é contribuir com futuros trabalhos acadêmicos na área da comunicação social.

Tabela 2 – Proposta de guia para uma abordagem interseccional da imprensa e das mídias sociais na pauta do refugiado com deficiência

Imprensa e Mídias Sociais como Instrumentos de <i>Media Interventions</i>			
Interseccionalidade	Opacidade de pautas	Comunidade e Mídia	Pertencimento
Compreender que a interseccionalidade deve estar atenta a todos os marcadores sociais de diferenças. Ao cobrir a temática do refúgio, a imprensa deve refletir sobre esses marcadores. A mesma presença deve estar também nas mídias sociais, seja de grupos ou de agências humanitárias que abordam a temática.	Estabelecer uma pesquisa interna em veículos de comunicação para avaliar quais assuntos foram mais pautados durante um período de 6 meses ou 1 ano. Isso fornecerá um panorama de agendamento e da opacidade de determinados temas.	Apoiar projetos que promovam o envolvimento da imprensa (HumanizaCom; Scott; Wright; Bunce, 2018) e comunidade (HumanizaCom, Marjoribanks, 2018).	Para o sentimento de pertencimento, não existem delimitações físicas de espaço. (Yuval-Davis, 2011). Assim, o jornalista, ao abordar a temática da imigração de maneira interseccional, contribui para que pessoas em situação de refúgio ou imigrantes sintam-se pertencentes em uma nova sociedade.
Usar a interseccionalidade como ferramenta para a construção do desenvolvimento de uma cidadania (Yuval-Davis, 2007).	Recorrer a pesquisas acadêmicas sobre comunicação para ampliar a visão sobre agendamento de pautas.	Veículos ou instituições da área da comunicação de grande porte, cuja compreensão do seu papel vai além da publicação de matérias, participam de projetos nos quais a imprensa e o cidadão trabalham juntos para a edificação de uma sociedade digna.	O mesmo acontece com PcD que, mesmo recebendo esse marcador social, podem se sentir pertencentes a esse grupo ou não. A intervenção de mídia é capaz de investigar e contribuir para o sentimento de pertencer do indivíduo. Um exemplo é o estudo sobre a comunidade surda e sua luta por reconhecimento na internet (Garcêz, 2008)

Continuação da Tabela 2

<p>Compreender que o uso de marcadores sociais, por exemplo: imigrantes ou pessoa com deficiência, contribuem para a Luta por Reconhecimento de grupos sub-representados pela mídia e na sociedade em geral (Honneth, 2003).</p>	<p>Criar a cultura de pautar assuntos que envolvam grupos sub-representados ao longo do ano e não apenas em datas comemorativas, por exemplo: Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência ou Dia Mundial do Refugiado.</p>	<p>A intervenção da mídia deve trabalhar em conjunto com outros escopos. Como no caso de intervenção da mídia em relação aos australianos sudaneses em Melbourne, Austrália (2020), cujo programa incluiu a participação do contexto universitário (Couldry, 2013)</p>	<p>O jornalista age como propulsor aplicando os princípios de voz e escuta para que o indivíduo se sinta parte da sociedade ou de um grupo específico (Couldry, 2013).</p>
<p>Criar um rodízio de profissionais em colunas ou <i>blogs</i> que se concentram em cobrir determinada pauta de um grupo sub-representado. Exemplos são o Blog Vencer Limites do jornal <i>O Estado de S. Paulo</i>, a coluna <i>Vidas Atípicas</i> do jornal <i>Folha de S. Paulo</i> ou o <i>podcast</i> CNN no Plural. Isso é importante para que essas pautas não recebam um domínio do mesmo jornalista.</p>		<p>A contextualização de representações discriminatórias pode ser combatida por meio da intervenção da mídia, na medida em que a escuta também é valorizada. Mais do que dar voz a grupos sub-representados, criar meios que contribuam para uma sociedade que os escute é o ponto central da intervenção. Assim como valorizar sua cultura por meio de trabalhos acadêmicos (Escudero, 2015)</p>	<p>O equilíbrio na voz e escuta deve ser observado na medida em que a construção da imagem de grupos representados pode maquiar suas necessidades e obstáculos ou a isenção da responsabilidade da sociedade. Exemplo: uma imagem normalizada requerida nas décadas de 1980 e 1990 da pessoa com deficiência e a produção de matérias atuais que empoderam PcD podem passar uma mensagem de que está tudo bem, inviabilizando os deveres do Estado e generalizado as capacidades do indivíduo dentro de um grupo (Figueira, 2022).</p>

Fonte: Elaborado pela autora, 2022.

É importante ressaltar que, durante a finalização desta pesquisa, duas recentes informações a respeito do autismo foram publicadas mundialmente. A primeira se refere à prevalência do autismo de acordo com o CDC (Centro de Controle de Prevenção e Doenças), divulgada em 24 de março de 2023.

Para 2020, em todos os 11 locais de ADDM, a prevalência de TEA por 1.000 crianças de 8 anos variou de 23,1 em Maryland a 44,9 na Califórnia. A prevalência geral de TEA foi de 27,6 por 1.000 (uma em 36) crianças de 8 anos e foi 3,8 vezes mais prevalente entre os meninos do que entre as meninas (43,0 versus 11,4). No geral, a prevalência de TEA foi menor entre crianças brancas não hispânicas (24,3) e crianças de duas ou mais raças (22,9) do que entre negros não hispânicos ou afro-americanos (negros), hispânicos e não hispânicos asiáticos ou das ilhas do Pacífico (A /PI) filhos (29,3, 31,6 e 33,4, respectivamente). A prevalência de TEA entre crianças não hispânicas americanas ou nativas do Alasca (AI/AN) (26,5) foi semelhante à de outros grupos raciais e étnicos. A prevalência de TEA foi associada à menor renda familiar em três locais, sem associação nos outros locais (MAENNER ET AL., 2023, TRADUÇÃO PRÓPRIA).

Como apontado anteriormente neste trabalho, mesmo que o estudo seja feito com crianças de 8 anos e em apenas algumas regiões dos Estados Unidos, esses dados apontam que o aumento da divulgação sobre o autismo e a especialização da área médica sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA) têm contribuído para diagnosticar ainda na primeira infância indivíduos com TEA. A segunda informação sobre as pesquisas do TEA refere-se ao termo “autismo profundo”, resultado de um estudo feito pelos Pesquisadores da Agência Federal de Saúde e divulgado através da revista *Public Health Reports*.

27,7% das crianças das crianças com autismo têm o que é conhecido como “autismo profundo”, o que significa que são não-verbais, minimamente verbais ou têm um quociente de inteligência inferior a 50 (DIAMENT, 2023, TRADUÇÃO PRÓPRIA).

Esses dados recentes mostram o quão urgente é a aplicação de medidas que atendam pessoas de maior suporte com TEA, sobretudo aquelas que estão em deslocamento forçado devido à sua maior exposição e vulnerabilidade. Visto que não há suporte para pessoas com deficiência no processo de

interiorização, no escopo desta pesquisa, em relação a venezuelanos autistas, espera-se que este trabalho seja como um impulsionador para que o poder público coloque em prática aquilo que já é previsto pelas leis nacionais e internacionais sobre acesso à educação, saúde e moradia.

Precisamos saber quantas pessoas têm autismo profundo para que possamos planejar adequadamente suas necessidades escolares e residenciais e melhorar os serviços que recebem”, disse Alison Singer, presidente da Autism Science Foundation e coautora do novo relatório e membro da comissão do The Lancet. “Suas necessidades serão muito diferentes das de um autista se formando na Harvard Law School (DIAMENT, 2023, TRADUÇÃO PRÓPRIA).

A Revista Autismo ressalta que, se fosse para transferir os novos dados de proporção de pessoas com TEA para os brasileiros, “poderíamos ter cerca de 5,95 milhões de autistas no Brasil” (PAIVA JR, 2023, online).

Os conceitos-base apresentados nesta pesquisa: a luta por reconhecimento, a política do pertencimento, voz e escuta e interseccionalidade, mais os relatos dos entrevistados, dão uma perspectiva da valorização que o jornalismo deve dar à temática das PcD em situação de refúgio. Portanto, pontua-se a urgência da prática do Jornalismo Humanitário nas redações dos veículos de comunicação brasileiros para pautar de forma eficaz temas que envolvam pessoas com deficiência, imigração e deslocamento forçado. Assim, o jornalismo cumprirá o seu papel de guardião da sociedade e defensor dos direitos humanos.

NOTAS

¹ O transtorno do espectro autista é um novo transtorno do DSM-5 que engloba o transtorno autista (autismo), o transtorno de Asperger, o transtorno desintegrativo da infância, o transtorno de Rett e o transtorno global do desenvolvimento sem outra especificação do DSM-IV. Ele é caracterizado por déficits em dois domínios centrais: 1) déficits na comunicação social e interação social e 2) padrões repetitivos e restritos de comportamento, interesses e atividades (DSM-5, 2014).

² A Operação Acolhida é uma resposta humanitária do Governo Federal para o fluxo migratório intenso de venezuelanos na fronteira entre os dois países com o objetivo de garantir atendimento aos refugiados e migrantes venezuelanos.

³ O conceito Luta por reconhecimento de Axel Honneth, filósofo e sociólogo alemão, tem como objetivo compreender as motivações que levam indivíduos e grupos a agirem. Tem como base três áreas: amor, direito e solidariedade.

⁴ Os termos “neurodivergentes”, “neuroatípico” e “neurodiversidade” foram criados pela socióloga australiana Judy Singer (1990) e têm como objetivo trazer visibilidade e respeito às pessoas consideradas “diferentes”, valorizando suas especificidades e a interseccionalidade.

⁵ Utiliza-se a sigla PcD para se referir às pessoas com deficiência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACNUR. **Relatório Operação Acolhida 2021**. Disponível em: https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2021/07/relatorio-operacao_acolhida-Final.pdf. Acesso em: 25 jul. 2023.

ACNUR. **Solicitantes de refúgio**. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/quem-ajudamos/solicitantes-de-refugio/>. Acesso em: 25 jul. 2023.

CHURCH OF JESUS CHRIST. **Serviços Humanitários**. Disponível em: <https://philanthropies.churchofjesuschrist.org/humanitarian-services>. Acesso em: 25 jul. 2023.

CDC. Centro de Controle e Prevenção de Doenças. Disponível em: <https://www.cdc.gov/>. Acesso em: 25 jul. 2023.

COULDRY, Nick. **Media interventions: afterword by Nick Couldry**. 2013. Peter Lang Publishing.

DIAMENT, Michelle. “Autismo profundo” é responsável por mais de 1 em cada 4 casos, descobre o CDC. **Disabilitycoop**, 24 abr. 2023. Disponível em: <https://www.disabilitycoop.com/2023/04/24/profound-autism-accounts-for-more-than-1-in-4-cases-cdc-finds/30348/>. Acesso em: 25 jul. 2023.

DUARTE, Rosália. Entrevistas em pesquisas qualitativas. **Educar**, Curitiba, n. 24, p. 213-225, 2004.

DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (org). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas

ESCUADERO, Camila. **Comunidades em festa: a construção e expressão das identidades sociais e culturais do imigrante nas celebrações das origens**. 2015. 544 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura da Escola de Comunicação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <https://oestrangeriodotorg.files.wordpress.com/2017/07/tese-camila-escudero.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2023.

FIGUEIRA, Emílio. **As pessoas com deficiência na história do Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Wak, 2021.

Ganzarolli, Amanda Christina Pereira Sorio. **Venezuelanos com autismo em situação de refúgio**: a abordagem interseccional do tema no jornalismo humanitário e media interventions. 2023. 192 folhas. Dissertação (Comunicação Social) - Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2023. Disponível em: https://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_comunicacao_inovacao/about/submissions. Acesso em: 25 jun. 2024.

GARCÊZ, Regiane. **O valor político dos testemunhos**: os surdos e a luta por reconhecimento na internet. 2008. 197 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/FAFI-84GNYV/1/garcez_2008___o_valor_pol_tico_dos_testemunhos.pdf. Acesso em: 25 jul. 2023.

Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-IV. Porto Alegre: Artmed, 2014.

MARJORIBANKS, Timothy; FARQUHARSON, Karen; NOLAN, David. **Australian Media and the Politics of Belonging**. Austrália: Anthem Press, 2018.

SCOTT, Martin; BUNCE, Mel; WRIGHT, Kate. **The State of Humanitarian Journalism**. Norwich, England: University of East Anglia, 2018. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/328743537_THE_STATE_OF_HUMANITARIAN_JOURNALISM. Acesso em: 04 abr. 2021.

VICTOR, Cilene. Migração venezuelana na perspectiva do jornalismo humanitário. *In*: LEMOS, Luiz Alberto de Farias Else; REBECHI, Claudia Nociolini. **Opinião pública, comunicação e organizações**: convergência e perspectivas contemporâneas. São Paulo: Abrapcorp, 2020. p. 89-115.

YUVAL-DAVIS, Nira. **A interseccionalidade situada e os significados da cultura**. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/7307185.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2023.

YUVAL-DAVIS, Nira. **Situated Intersectionality and Social Inequality**. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4130630/mod_resource/content/1/Yuval-Davis.%20Situated%20intersectionality.pdf. Acesso em: 30 mai. 2022.

YUVAL-DAVIS, Nira. **Power, intersectionality and the politics of belonging**. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/308784296_Power_Intersectionality_and_the_Politics_of_Belonging. Acesso em: 15 mai. 2022.

RESUMO

O presente artigo examina os resultados de entrevistas em profundidade realizadas no âmbito da dissertação “Venezuelanos com autismo em situação de refúgio - A abordagem interseccional do tema no jornalismo humanitário e media interventions”, que investigou a realidade de famílias venezuelanas refugiadas no Brasil com filhos autistas. O estudo focou na percepção dessas famílias sobre a cobertura jornalística relacionada à pessoa com deficiência, com ênfase no Transtorno do Espectro Autista (TEA), e na prática do Jornalismo Humanitário e media interventions. A pesquisa foi motivada pelo crescente número de deslocados forçados globalmente, com ênfase na América do Sul, onde o Alto-Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) estimou 89,3 milhões de deslocados no mundo, dos quais 12 milhões são pessoas com deficiência. A metodologia envolveu entrevistas com responsáveis por crianças autistas entre 18 meses e 17 anos, nascidos no Brasil ou na Venezuela, recrutados por meio de redes sociais. O estudo utilizou entrevistas em profundidade para abordar a experiência do deslocamento forçado e os desafios da acessibilidade e inclusão para essas famílias.

Palavras-chave: refugiados venezuelanos; autismo; jornalismo humanitário.

ABSTRACT

The present article examines the results of in-depth interviews conducted as part of the dissertation “Venezuelans with Autism in Refugee Situations - The Intersectional Approach to the Topic in Humanitarian Journalism and Media Interventions,” which investigated the reality of Venezuelan families seeking refuge in Brazil with autistic children. The study focused on these families’ perceptions of media coverage related to people with disabilities, with an emphasis on Autism Spectrum Disorder (ASD), and the practice of Humanitarian Journalism and media interventions. The research was motivated by the growing number of forcibly displaced people worldwide, with an emphasis on South America, where the United Nations High Commissioner for Refugees (UNHCR) estimated 89.3 million displaced people globally, 12 million of whom are people with disabilities. The methodology involved interviews with guardians of autistic children aged 18 months to 17 years, born in Brazil or Venezuela, recruited through social media. The study employed in-depth interviews to address the experience of forced displacement and the challenges of accessibility and inclusion for these families.

Keywords: Venezuelan refugees; autism; humanitarian journalism.

